Economia brasileira

POR QUE NÃO CRESCEMOS EM 2014?

Felippe Serigati[1] Roberta Possamai[2]

MESMO QUE o ano ainda não tenha terminado, há meses já é possível bater o martelo: a economia brasileira praticamente não crescerá neste ano. Embora a expectativa já não fosse das melhores no final de 2013, quando se esperava que o PIB cresceria 2% em 2014, ainda assim a frustração foi grande. Apesar dos esforços do governo federal para estimular os investimentos e o consumo das famílias, a economia não reagiu. Há duas explicações não excludentes para esse fracasso: (i) o equivocado diagnóstico da equipe econômica de que a demanda ainda tem condições de puxar o crescimento; e (ii) o cenário externo menos simpático às economias emergentes. Como não há motivos para acreditar que a economia internacional voltará a ser favorável aos emergentes em 2015, a melhor esperança é por uma mudança na direção da política econômica, por mais que isso não seja confortável no curto prazo.

Os esforços do Governo

A economia brasileira tem desacelerado desde 2011, e não é possível acusar o governo federal de imobilismo. Ao longo de todos esses anos, a equipe econômica tem feito um grande esforço para reverter esse quadro. Para estimular o consumo das famílias:

• A taxa de juros básica da economia brasileira foi reduzida a patamares históricos. De setembro de 2011 até outubro de 2012, a taxa Selic caiu até o piso de 7,25% a.a., voltando a subir somente em abril de 2013;

• Os bancos públicos foram orientados a serem mais agressivos no mercado de crédito e ocuparam parte do mercado dos bancos privados. Enquanto, em janeiro de 2011, os bancos privados respondiam por 58,2% do estoque de crédito em circulação na economia; em setembro de 2014, os bancos públicos já tinham tomado essa liderança e eram responsáveis por 53,2% do crédito contratado;

• Houve redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ). De acordo com os números do Tribunal de Contas da União (TCU), entre 2008 e 2013, as desonerações nestes dois tributos totalizaram uma perda de arrecadação de R$ 453,3 bilhões – pouco mais de R$ 75,5 bilhões por ano; e

• Manteve-se a política de reajuste do salário-mínimo, que acumulou uma alta real de quase 13% entre 2011 e 2014, apesar do seu impacto nas contas públicas.

Além do consumo das famílias, o Governo também buscou incentivar os investimentos:

• reduzindo a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), de 6% a.a., em janeiro de 2011, para 5% a.a., desde janeiro de 2013;

• aumentando os desembolsos do sistema BNDES, que, de acordo com os números do Banco Central, desde 2011, já acumularam mais R$ 614 bilhões;

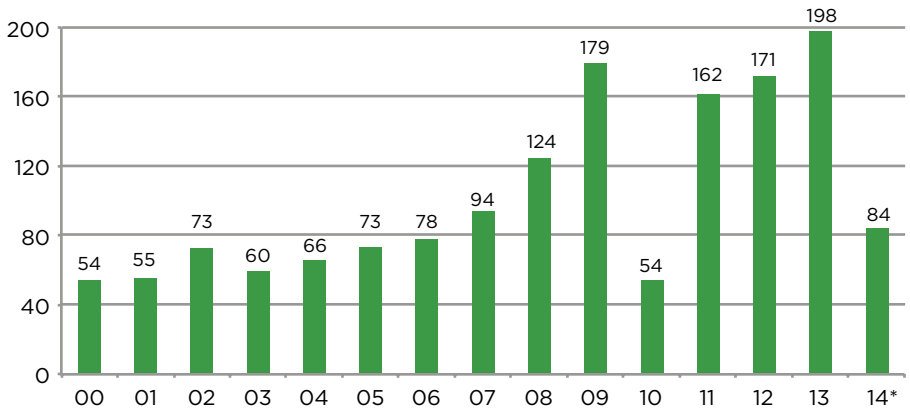
• desonerando a folha de pagamento de cinquenta e cinco cadeias industriais; e

• expandido o investimento público: enquanto, entre 2007 e 2010, o setor público (governo central e estatais) investiu, em média, 2,5% do PIB ao ano; entre 2011 e 2014, esta média aumentou para 3% a.a. – é importante deixar claro que esses números incluem o programa Minha Casa Minha Vida.

Apesar desses esforços, a economia não reagiu

Apesar dos esforços do Governo, a economia não reagiu. Se o crescimento de 0,2% em 2014 se confirmar, o PIB brasileiro terá expandido apenas 1,6% a.a. nos últimos quatro anos. Embora seja possível atribuir ao cenário externo parte dessa frustração, a raiz desse fracasso é o equivocado diagnóstico que fundamenta o desenho da atual política econômica. Em poucas palavras, o Governo voltou a insistir no aquecimento do mercado in-

DESEMBOLSOS TOTAIS DO SISTEMA BNDES (R$ BILHÕES DEFLACIONADOS PELO IPCA)



* Acumulado até junho de 2014
Fonte: Banco Central

terno como estratégia para dinamizar o crescimento; entretanto, há claros sinais de que a maior restrição da economia brasileira não é um consumo interno desaquecido, mas um setor produtivo que não consegue atender adequadamente a demanda doméstica. Nesse caso, ao tentar aquecer ainda mais o mercado interno, o Governo conseguiu colher, além de um baixo crescimento:

• uma inflação persistentemente alta: nos últimos quatro anos, não houve um mês sequer em que a inflação acumulada em doze meses tenha ficado no nível da meta (4,5% a.a.);

• um déficit nas contas externas de mais de US$ 80 bilhões: nos últimos quatro anos, as importações cresceram em um ritmo mais acelerado do que as exportações, apesar das cotações recordes das *commodities* agrícolas e minerais; e

• o primeiro déficit primário desde a criação do Plano Real.

Todavia, é importante reconhecer que alguns avanços conquistados ainda estão preservados, como:

• uma taxa de desemprego em patamares historicamente muito baixos;

• a manutenção do processo de redução da pobreza, apesar do leve incremento no número de miseráveis; e

• a capacidade de atrair em torno de US$ 60 bilhões em investimentos externos, tanto produtivos, quanto especulativos.

Para que a economia brasileira volte a crescer, é necessário um considerável conjunto de ajustes. Infelizmente, parte dos ajustes pode deteriorar alguns dos avanços ainda preservados, principalmente no mercado de trabalho. De qualquer forma, não há sinais minimamente claros de que essa recuperação possa vir no curto prazo, pois o Governo deixou uma equação bastante complicada para 2015.

A complicada equação para 2015

Mesmo que o governo federal admita que a principal trava ao crescimento brasileiro não está no lado da demanda, mas no lado da oferta, o caminho até o crescimento não será fácil. A solução está em aumentar os investimentos, mas não para financiar moradias – apesar da importância desta política –, e sim para melhorar a infraestrutura e reduzir o famoso Custo Brasil (combinação de infraestrutura deficiente, mão de obra cara para a produtividade apresentada, excesso de burocracia e instabilidade das regras).

O caixa do Governo permanecerá apertado, e, portanto, não deverá haver nova expansão dos investimentos públicos. Logo, será necessário atrair os investimentos privados. Todavia, isso demandará recuperar a confiança do setor produtivo, fazendo os ajustes impopulares, porém necessários. Entretanto, estes ajustes têm ficado cada vez mais complicados: como reequilibrar as contas públicas e externas com, respectivamente, baixa arrecadação e inflação alta? Além disso, diversas importantes empresas que poderiam elevar a taxa de investimento, principalmente em infraestrutura, como a Petrobras e várias empreiteiras e construtoras, provavelmente terão que dedicar parte da sua agenda para lidar com as denúncias de corrupção que têm surgido da Operação Lava Jato. Que equação complicada o Governo está deixando para si mesmo para 2015!. ■

O cenário externo foi um vilão?

Não é possível apontar o cenário externo como principal responsável pelo baixo crescimento da economia brasileira, seja em 2014, seja nos últimos quatro anos. Todavia, é importante que todos tenham claro que a economia mundial será cada vez menos simpática às economias emergentes.

A economia mundial continua acelerando, embora menos do que o previsto no início do ano. Por trás desta tendência, as economias avançadas, lideradas pelos Estados Unidos, prosseguem no seu processo de recuperação. Porém, conforme estas economias se recuperam, os mercados emergentes tornam-se menos atraentes, principalmente aqueles que apresentam significativos problemas internos, como o Brasil. É por isso que, apesar da aceleração da economia mundial, os emergentes estão desacelerando, e o Brasil com intensidade ainda maior.

De qualquer forma, o recado é simples: a menor atratividade das economias emergentes não é um fenômeno conjuntural, mas estrutural. Conforme as economias avançadas se recuperam, elas passam a atrair mais investimentos, sobrando menos capital para os demais mercados, inclusive para os de *commodities* agrícolas. Os ventos não estão mais tão favoráveis, e, reforçando, isso não é conjuntural.

CRESCIMENTO DO PIB: GRUPO DE PAÍSES *VERSUS* BRASIL (% A.A.)

	2003 a 2007	2008 a 2011	2011 a 2013	2014* a 2015*
Mundo	5,1	2,8	3,6	3,6
Economias avançadas	2,8	-0,1	1,4	2,1
Mercados emergentes	7,7	5,5	5,3	4,7
América Latina e Caribe	4,9	2,9	3,4	1,8
Brasil	4,0	4,1	2,1	0,6

* Projeções
Fonte: FMI; Boletim Focus

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippeserigati@gmail.com
2 Economista pela Universidade de São Paulo (USP) – rc.possamai@gmail.com